

Acta da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e sete de Setembro de dois mil e dez

--- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, em Carregal do Sal, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Acta da reunião anterior; -----

--- Dois - Informações; -----

--- Três - Análise, Discussão e Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL; -----

--- Quatro - Análise, Discussão e Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIMRDL para o ano de 2010, nos termos das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

--- Quinto – Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa Mais Centro; -----

--- Sexto - Outros Assuntos. -----

--- Realizada a chamada cerca das dezoito horas e trinta minutos, foram empossados os Deputados a seguir identificados: -----

--- Joaquim Alberto Vieira Coimbra; -----

--- António Manuel da Silva Liberato; -----

--- Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia; -----

--- Verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Márcio Ferreira dos Santos; -----

--- Sónia Marisa Oliveira M. Ferreira; -----

--- Jaime Sousa Pinto Almeida; -----

--- Aníbal José Carvalho Maltez; -----

--- Rui Manuel Simões Costa; -----

--- Adriano Lourenço de Almeida; -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a reunião, começando por colocar à consideração da assembleia duas questões de natureza organizativa que se passam a transcrever: -----

--- Primeira proposta - A sala ser organizada em função dos partidos políticos já que as Senhoras e os Senhores Deputados estão a representar as Assembleias Municipais respectivas,

mas também os partidos políticos que os/as elegeram. Mais, informou também os presentes sobre a composição da Assembleia: trinta e cinco Deputados eleitos pelo PSD, vinte e três Deputados eleitos pelo PS, cinco Deputados eleitos pelo CDS-PP e um Deputado eleito pelo Bloco de Esquerda. Propôs ainda que a partir desta data a organização das salas de reunião da Assembleia obedeça ao seguinte critério: a primeira fila será reservada a todos os partidos que estão representados nesta Assembleia Intermunicipal, sendo os dez lugares distribuídos da seguinte forma: -----

--- PSD – quatro lugares; -----

--- PS – três lugares; -----

--- CDS-PP – dois lugares; -----

--- BE – um lugar; -----

A outra questão prendeu-se com a disponibilização, aos Senhores Deputados, da informação relativa à Assembleia Intermunicipal. Os serviços da CIMRDL propuseram que as convocatórias sejam sempre feitas nos termos legais e enviadas pelos correios para a morada de cada um. Já no que diz respeito à consulta da demais documentação a proposta vai no sentido de que esta seja feita através do site da Comunidade Intermunicipal, que passa a estar disponível. É de fácil consulta, evita-se custos e é a forma mais democrática de dar a conhecer toda a informação. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se pretendiam intervir sobre o assunto, entendendo o seu silêncio como sinal de assentimento sobre a globalidade das propostas passando assim a serem válidas para as Assembleias subsequentes.

--- Face ao silêncio dos Senhores Deputados foi tido como aceite os procedimentos em apreço.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao **período antes da ordem do dia**, perguntando se algum dos presentes pretendia inscrever-se. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja Intervenção se transcreve: «Informo a assembleia que vou apresentar uma moção que foi já apreciada na Assembleia Municipal de São Pedro do Sul, onde foi votada por larga maioria, isto na sessão de trinta de Julho. Infelizmente mantém actualidade e por isso entendemos também apresentá-la aqui hoje ao vosso escrutínio. -----

--- Considerando que, os Concelhos que constituem a Comunidade Intermunicipal Dão Lafões têm na sua área territorial ou a escassos quilómetros dos seus limites duas auto-estradas: a SCUT do interior norte – A vinte e quatro – e a SCUT da Beira Litoral – A vinte cinco; -----

--- Que a designação SCUT significa sem custo para o utilizador, precisamente para promover a coesão nacional e o desenvolvimento de regiões economicamente deprimidas como a nossa -

onde o PIB é inferior à média nacional, portanto, antes do alargamento da União Europeia, a Região Centro encontrava-se entre as dez regiões mais pobres da Europa; -----

--- Considerando também que qualquer uma destas auto-estradas não tem alternativa rodoviária, com o mínimo de qualidade em termos de distância, tempo e segurança, sendo certo que as antigas estradas nacionais passam por dentro de povoações e até têm troços já municipalizados; -----

--- Que a introdução de portagens, ainda que isentando de pagamento os residentes e as empresas com sede na região, num raio de poucas dezenas de quilómetros, irá condicionar o direito à mobilidade das populações, além de prejudicar o comércio, o investimento e o turismo; -----

--- Que as chamadas auto-estradas SCUT não têm as condições de segurança nem as especificações técnicas definidas internacionalmente para uma verdadeira auto-estrada, não só relativamente ao traçado, mas também à quantidade de vias de saída que nas auto-estradas não ficam a uma distância ou não podem ficar a uma distância inferior a trinta quilómetros umas das outras; -----

--- A Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, reunida em sessão ordinária a vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, delibera: -----

--- a) Manifestar a sua oposição à introdução de portagens nas SCUT's do interior norte - A vinte e quatro - e da Beira Litoral - A vinte cinco; -----

--- b) Que esta moção deve ser enviada a Sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

--- Eu queria ressaltar que após a aprovação desta moção houve uma iniciativa em que tive a oportunidade de participar, que foi fazer o percurso paralelo da auto-estrada, o percurso alternativo da A vinte cinco. Fomos de carro, pela estrada nacional dezasseis, de Mangualde a Aveiro e de facto verifica-se que não é sequer uma opção alternativa aceitável. Aliás, segundo o critério definido por um senhor membro do Instituto de Estradas de Portugal, recentemente na TSF, dizia que o percurso alternativo é aquele que se faz em uma vírgula cinco vezes o tempo percorrido na auto-estrada, e confesso-vos que a experiência da estrada nacional dezasseis foi absolutamente marcante para perceber que, em relação à auto-estrada A vinte e cinco não há alternativa; e o mesmo se diga em relação a muitos dos troços da A vinte e quatro que passam, também pela nossa região. Por outro lado, os tristes acontecimentos no Verão, o acidente que houve na A vinte cinco, demonstrou, também, cabal e infelizmente a inexistência de qualquer alternativa. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, que fez a seguinte intervenção «Apresento uma moção com a temática apresentada anteriormente aqui pelo Deputado do Bloco de Esquerda, que passo a ler: O Partido Social Democrata sempre foi suficientemente claro e honesto para com os viseenses, pelo que sempre defendeu a necessidade de Viseu ser servida por auto-estradas, e no que concerne ao pagamento de portagens, sempre, mas sempre defendemos o princípio do utilizador pagador, mas, desde que, e só se, existissem alternativas à mesma. -----

--- Isto foi e é verdade para a ligação a Coimbra, defendemos a manutenção e a requalificação do actual IP três e a construção da auto-estrada A vinte e quatro num traçado novo, como foi verdade para a ligação a Aveiro e a Vilar Formoso, em que defendemos a manutenção do IP cinco e um novo traçado para a A vinte cinco. Desta forma teríamos a A vinte e quatro e a A vinte cinco, com portagens pagas por todos os utilizadores, vistos existirem as alternativas IP três e IP cinco. Fomos honestos, coerentes, realistas, mas percebemos que fomos penalizados nos diversos actos eleitorais para a Assembleia da República. -----

--- Mas se fomos honestos, coerentes e realistas, então porque fomos penalizados? -----

--- Simplesmente porque havia quem promettesse o sol na eira e a chuva no naval, ou seja, prometeram-nos auto-estradas gratuitas. -----

--- Ora, por princípio, o que é gratuito deve-se aceitar, então, toca a votar nestes senhores do Partido Socialista. -----

--- Mas como nós sabemos, o gratuito infelizmente não existe. Há sempre alguém que tem que pagar a factura. Só que neste caso a factura é demasiado elevada para o País, e está a ser paga por todos nós, mesmo que por lá não passemos. -----

--- Assim, considerando, que o Partido Socialista inventou o termo SCUT, garantindo que nestas auto-estradas ninguém pagaria portagens; -----

--- Considerando, que até mesmo no dia da inauguração do lanço Boaldeia - Mangualde, o Senhor Primeiro-Ministro Engenheiro José Sócrates, afirmou, e passo a citar: *“a auto-estrada A vinte cinco, que a partir de hoje liga Aveiro a Vilar Formoso, não terá portagens pagas pelos utilizadores, até a Região que atravessa atingir os indicadores socioeconómicos do resto do País.* -----

--- Considerando que, os estudos conhecidos não comprovam que a Região de Viseu atravessada pela A vinte cinco atingiu os indicadores socioeconómicos do Resto do País, muito pelo contrário; -----

--- Considerando que, os empresários das empresas transportadoras da nossa Região ainda recentemente afirmaram na comunicação social que, e também passo a citar *“As empresas de*

transporte serão afectadas directamente, mas esse custo será ainda repercutido para toda a economia em geral, e o consumidor final é que irá pagar, com os reflexos na perda de competitividade que teremos, uma vez que a A vinte cinco e a A vinte e quatro são uma das principais portas de saída para o nosso mercado exportador".-----

--- Considerando que a política e os políticos têm que ser credíveis, pelo que as promessas têm que ser cumpridas, para que se dignifique a democracia; -----

--- A Assembleia Intermunicipal da Região Dão Lafões, reunida em vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, aprova a seguinte moção: -----

--- Um - Apelar ao Governo do Partido Socialista que cumpra as suas promessas eleitorais e os compromissos assumidos pelo Senhor Primeiro-Ministro no dia da inauguração do troço da A vinte cinco entre a Boaldeia e Mangualde, de que *"a auto-estrada A vinte cinco não terá portagens pagas pelos utilizadores, até a Região que atravessa atingir os indicadores socioeconómicos do resto do país";*-----

--- Dois - Não aceitar a implementação de portagens na A vinte e quatro e A vinte cinco enquanto não forem construídas vias alternativas às mesmas; -----

--- Três - Dar conhecimento desta deliberação a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, ao Senhor Ministro das Obras Públicas e a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu de seguida a palavra aos Membros da Assembleia, para se pronunciarem sobre as moções apresentadas.-----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira que disse « Começo por referir que sou Deputado eleito como independente numa lista do PS à Assembleia Municipal de Vouzela e é apenas nessa qualidade que aqui estou, por isso fiquei ao pé dos meus colegas da Assembleia Municipal de Vouzela. -----

--- Sobre esta questão das portagens e das SCUT's eu gostaria de levantar aqui uma questão que deve ser associada a esta, e que é o facto de, sistematicamente, se dizer que as portagens nas auto-estradas são subsidiadas e sistematicamente se esquecem que o Metro de Lisboa, o Metro do Porto e a CP são altíssimamente subsidiados. -----

--- O Tribunal de Contas dizia há pouco tempo, que cada vez que um passageiro do Metro do Porto põe um pé no estribo o Estado põe cinquenta cêntimos na empresa. Também é público que com a receita dos bilhetes, o Metro de Lisboa só paga um terço dos custos de exploração; penso que isto não é justo, porque nós para nos deslocarmos temos de nos deslocar de carro.-

--- Na nossa Região, um desempregado para começar a trabalhar tem que comprar um carro, enquanto em Lisboa e no Porto uma pessoa com vinte euros compra um passe. Eu penso que estes são factores que nós temos que pôr nesta balança e temos que pôr nestas moções. Não

é justo que, e falando também das autarquias, há pouco tempo o Presidente da Câmara de Vouzela dizia, e eu vou tomar a informação dele como certa, que a CP tem uma dívida maior que os municípios todos. -----

--- Portanto, isto não faz sentido. Parece-me que temos que discutir isto, focando-nos nas questões da nossa Região. De facto os transportes na nossa Região, para as pessoas em geral, têm um custo enormíssimo. Eu penso que o que as populações querem e sentem é uma enorme desigualdade, face ao tratamento que é dado às populações dos centros urbanos. Eu acho uma indignidade, que ainda não foi corrigida, que o Metro do Porto e o de Lisboa dêem prejuízos enormes, e que inclusivamente houvesse autarcas a ganhar dinheiro nos órgãos da administração dessas empresas. De facto há aqui uma situação de desigualdade e de custos que devem ser socialmente repartidos e que na situação actual não estão a ser. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz: «Começo por referir que também sou da Assembleia Municipal de Vouzela e acho que não é muito difícil, olhando para o nosso concelho, estar de acordo com as posições que foram aqui assumidas, quer de um lado, quer do outro e mais fácil seria também votar as moções, votar a favor e dizer efectivamente que não há alternativas. -----

--- É lógico que o Dr. Mário Pereira acabou de pôr o dedo na ferida e este é o ponto fundamental. Nós andamos um bocado aqui ao sabor do vento. Tudo o que nós sabemos é que isto foi prometido e durante anos e anos foi reforçado e que as pessoas aceitaram como natural e depois incutiram-nos a ideia de que havia almoços grátis e é verdade que nós até agora temos procurado aceitar que assim é. -----

--- Portanto, logo à partida, nós que não temos alternativa, nós que sabemos perfeitamente o que é a Estrada Nacional Dezasseis, nós que sabemos que as pessoas que querem trabalhar a primeira coisa que têm de fazer é investir num automóvel, contrariamente a quem vive em Lisboa ou nos grandes centros. Portanto, quando nós aqui, e falo do Concelho de Vouzela como um dos Concelhos que tem, tal como todos os concelhos, mesmo o de Viseu, as dificuldades inerentes a concelhos do interior, temos que passar a discussão realmente para outro paradigma, não seguir a moda, o conceito do utilizador pagador, o conceito do não sei quantos, inventam-se imensos conceitos, mas a verdade é que todos eles não têm em conta minimamente aquilo que é a realidade de cada um. Um passe social em Lisboa, por aquilo que eu li ontem, custa vinte e oito euros e dá para as pessoas andarem perfeitamente de barco, de comboio, de metropolitano, na Carris, seja no que for, enquanto aqui vinte e oito euros dá para quantos quilómetros? -----

--- Temos que efectivamente deixar um pouco a discussão à volta dos temas que nos tentam impingir a partir de certas cabeças pensantes entrar realmente nesta discussão de uma forma séria e honesta porque depois de portajadas as portagens nunca mais nos livramos disto, e então quero saber o que acontece a setenta ou oitenta por cento das exportações que passam aqui na A vinte cinco, quero saber como é que as nossas empresas vão sobreviver, quero saber, como é que nós, conseguimos deslocar-nos, por exemplo, com os nossos filhos para as universidades ou para os politécnicos, seja de Aveiro, seja de Viseu. Quero saber como vamos arranjar dinheiro para tudo isso. -----

--- Portanto, enquanto membro da Assembleia Municipal de Vouzela, estou a favor da contestação e portanto contra a introdução de portagens, ao mesmo tempo que estou perfeitamente a favor de uma discussão mais alargada para falar naquilo que tem que ser falado. Esta história tem de ter um fim, e certamente não será portajar as auto-estradas, porque efectivamente as alternativas que nós temos não são alternativas nenhuma e isto porque alguém nos andou a enganar.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Secretária da Mesa, Fátima Ferreir : « Relativamente a esta questão das SCUT's já ouvi tantas versões vindas da área do PSD que me ponho a pensar se não estarei desmemoriada, se não andamos todos desmemoriados. Já ouvimos defender o princípio do utilizador pagador em todas as portagens, em todas as auto-estradas, em todas as SCUT's e devemos isso ao Dr. Passos Coelho; ora a discussão centra-se no interior, nas questões da discriminação positiva para o interior e portanto eu fico um bocado baralhada, é o termo, e os portugueses também, porque ouviram já tantas vezes versões vindas de pessoas com responsabilidades neste país. Vamos falar a sério destas coisas. E falar a sério é falar do país real, da situação económica deste país e do mundo, não esquecendo que estamos numa crise internacional, que o dinheiro não nasce debaixo das pontes e que temos que pensar seriamente onde é que devemos pagar portagens e onde não devemos pagar, protegendo sim o interior, o interior mais desfavorecido, o interior que precisa deste suporte de discriminação positiva para terem as suas exportações, para poderem circular. -----

--- Agora, sejamos sérios. Eu realmente já venho de uma Assembleia Municipal onde a demagogia foi permanente, e portanto gostaria de ouvir aqui, os Senhores Deputados que intervieram antes de mim, numa postura, desculpem-me, um bocadinho mais séria sobre estas questões, e dizerem exactamente o que é que pensam relativamente ao pagamento das SCUT's. Portanto temos que ser sérios e é esse debate que eu quero trazer aqui; não estou a emitir nenhuma opinião, estou a dizer que temos que ser sérios e falar do que é importante para o interior. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz. -----

---Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve « não tinha intenção de estar a trazer para aqui uma discussão partidária. Eu disse que era membro da Assembleia Municipal de Vouzela, fui eleito nas listas do PSD e como o Dr. Mário Pereira foi eleito nas listas do PS poderia ter sido eleito noutra lista qualquer, e eu também poderia ter sido eleito numa lista qualquer. A Senhora Deputada que falou antes de mim, assumiu uma posição, provavelmente de dirigente partidária mas o que está aqui em causa é a questão da postura mais séria? Postura mais séria daquela que eu tive? E a Senhora Deputada referiu-se a quem a antecedeu. Postura mais séria do que esta não sei qual é que exista. Vir defender na teoria o interior, o pessoal lá de cima de Aguiar da Beira deve estar todo contente. Nós estamos a defender o pessoal de Aguiar da Beira ou de sítios mais recônditos do Distrito pondo-lhe uma portagem à porta? -----

--- Gostava só de saber onde é que a minha postura foi menos séria naquilo que eu disse. Foi pelo facto de eu ter dito que fui eleito nas listas do PSD? Não é essa a discussão que está aqui na Assembleia Intermunicipal. Quero lá saber quem é que foi eleito nas listas do PSD ou do PS, quero saber é se aquilo que se diz aqui tem a ver com esta Comunidade Intermunicipal com esta Assembleia Intermunicipal e aquilo que se diz é realmente em favor da melhoria das condições desta Comunidade. Portanto não reconheço esse tipo de lições de praticamente ninguém, sobretudo a quem não me conhece a mim. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, que fez a seguinte Intervenção «Informo que fui eleito do PSD. Quanto a portagens, sou intrinsecamente contra qualquer borla nas auto-estradas. Aliás, já tive a oportunidade de o transmitir na Assembleia Municipal em Vouzela, num debate até com o Dr. Mário Pereira. Acho que as auto-estradas são equipamentos, infra-estruturas muito caras, que têm que ser necessariamente financiadas e pagas. Não havendo, à partida porque também não sou da área e não tenho nenhuma especialidade nesse campo, outra forma de as pagar a não ser por quem as utiliza. --

--- Este é o princípio, penso que terá sido isto que tem sido divulgado pela direcção do PSD. Agora, compreendo o conceito de discriminação positiva, de auxílio às regiões do interior, mas isso, com o devido respeito, reduz-se a uma situação que é governar. São opções. -----

--- Se o Governo opta por uma discriminação positiva para a Beira Alta, para Viseu e concelhos limítrofes, ou para a orla marítima do Algarve no caso da Via do Infante é um problema de política. O Governo responde por aquilo que acha que deve ser gratuito e aquilo que deve ser a pagar. -----

--- O princípio é que alguém vai ter sempre de pagar e esses equipamentos nunca serão integralmente de borla, vamos ter de os pagar de uma maneira qualquer ou pelos impostos ou com subsídios comunitários ou o que seja. A decisão se uns se pagam e outros não se pagam é meramente uma decisão política e essa decisão política evidentemente compete a quem governa porque é para isso que estão lá os governantes e o nosso Governo.-----

--- Decidir portajar umas e não portajar outras não pode ser uma discussão em termos genéricos e abstractos, deve ser atendendo a cada caso concreto. Não residindo eu no Distrito de Viseu, reconheço a preocupação das pessoas que aqui moram, mas não é por isso que ficam abalados os meus princípios.-----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Felisberto Figueiredo.-----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve: começo por afirmar que não estava com muita vontade de vir aqui, mas efectivamente, julgo que ainda não chegámos ao momento de pensar naquilo que efectivamente nos aconteceu. Meteram-nos num beco sem saída.-----

--- Infelizmente, o grande problema que existe aqui é o tipo de governação que vem acontecendo há décadas. Efectivamente criou-se uma mentalidade de oferecer tudo e mais alguma coisa, fingindo que se dava alguma coisa aos mais necessitados, mas era sobretudo para que aqueles que menos necessitam mais se possam apoderar, digamos, daquilo que são os recursos do próprio país.-----

--- Infelizmente, nós chegámos a uma situação, em que o dinheiro não chega e mesmo a situação dos fundos comunitários, os próprios países da Comunidade Europeia já começam a pôr a questão: porque é que nós havemos de andar a pagar os exageros dos países que têm estado a beneficiar e que não têm aproveitado, devidamente, a oportunidade que lhes foi dada?-----

--- Efectivamente, as pessoas dizem assim, « É pá, realmente vamos aumentar aqui, vamos portajar ali e sem dúvida nenhuma que vai ser um custo tremendo para nós». O certo é que nós temos assistido, ao longo destes últimos anos, ao benefício do litoral.-----

--- Porque, como já foi aqui referido, os transportes nas grandes áreas metropolitanas são altamente deficitários e porquê? Se têm tantos passageiros, tanta intensidade de tráfego, porque é que dão prejuízo?-----

--- Os preços têm aumentado progressivamente, eu recordo-me de andar no Metropolitano de Lisboa com um bilhete de cinquenta centavos e hoje chego lá e pago algumas vinte vezes mais e, efectivamente, não percebemos como é que isto acontece. Eu julgo que a grande questão

que se põe aqui é a questão da governação. Porque temos um Estado que absorve toda a riqueza que nós produzimos, e essa é a questão que tem de ser resolvida. -----

--- O grande problema que existe é este: o Estado consome aquilo que produzimos e, só inventa maneiras de arranjar receita indo ao bolso dos contribuintes, que somos todos nós. O exemplo que é evidente é que a nossa classe média, média alta começa toda a descer para a classe média baixa, e os que estavam na classe média baixa há alguns anos, hoje engrossam as fileiras dos pobres e isto realmente é o drama que temos de viver. É sobre isso que temos de pensar e encontrar uma solução. Eu, sinceramente, embora me custe muito, mas quando vou a Lisboa também pago na auto-estrada, tenho uma alternativa que é a Estrada Nacional Um, vai-se por lá, efectivamente demora-se mais que um ponto cinco, mas ainda se consegue ir, mas em alguns dos nossos sítios por aqui, não demoramos esse tempo, demoramos bastante mais. -----

--- Eu só vinha dar este contributo. É a reflexão que é urgente fazer sobre a forma de governação deste nosso país, de todos os partidos, porque todos temos responsabilidades desde os do Bloco de Esquerda até ao CDS. Todos temos responsabilidade. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa. -----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve: « começo por salientar que esperava que esta discussão não fosse uma discussão politizada. Infelizmente foi. Esta discussão, mais do que politizada, é uma discussão de uma política supra-partidária pois são os interesses da Região que estão em causa e reparem, ainda há pouco se dizia que não há alternativa. Bem, houve alternativa, tivemos o IP cinco em tempos, mas o IP cinco foi ocupado, parcialmente, pela A vinte cinco e ficámos sem via nenhuma, pelo que, e independentemente do resultado da moção, os Senhores Deputados ficam todos convidados, e eu incumbiria disso até o próprio órgão executivo da Comunidade Intermunicipal, o Bloco de Esquerda disponibiliza um autocarro para que façamos, todos, o percurso, mais uma vez de Mangualde à Aveiro. Prometemos que não levamos bandeiras nem propaganda, mas acompanhar-nos-ão, se assim o entenderem, nesse percurso para verem, de facto, a ausência de alternativa e se houver alguém, que, indo no autocarro, entenda indicar outro percurso alternativo, pois muito bem e se tivermos errados até reconheceremos o erro. -----

--- Mas fica desde já aqui lançado o repto, independentemente do resultado das moções, o Bloco de Esquerda disponibiliza um ou dois autocarros mas julgo que um será o suficiente para os Senhores Deputados verem de facto essa alternativa. Isto é tanto mais grave, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que há muita gente que usa a A vinte cinco para ir trabalhar. -----

--- Por exemplo, pensemos nas centenas de trabalhadores da Citroën - Lusitânia em Mangualde, que percorrem essencialmente a A vinte cinco ; lembremo-nos dos professores que estão espalhados pelo Distrito e pela Região abrangida pela Comunidade Intermunicipal e até aqueles que trabalham fora e vejamos qual será o custo acrescido. Vamos lá ver a interioridade, e ninguém discute isso?-----

--- Mas eu sugeria, a quem entende que se deve aplicar o princípio do utilizador pagador, que fizessem as contas ao Metro de Lisboa, ao sistema de transportes públicos de Lisboa, ao sistema de transporte públicos do Porto e que fizessem recair um custo tão proporcionado sobre o utilizador como é aqui, ou como será aqui na A vinte cinco e na A vinte e quatro. Evidente que não se usa esse discurso porque não é politicamente correcto. Não queremos nivelar tudo por baixo, não, não temos inveja do que os outros têm. Mas temos esta necessidade que é uma necessidade real. Respondendo de uma forma sucinta à Senhora Deputada Fátima: olhe, sabe, inicialmente o Governo, apoiado pelo Partido Socialista, não queria portajar a A vinte cinco e a A vinte e quatro, mas foi com o entendimento da direcção nacional do PSD, através do seu Grupo Parlamentar que aprovaram.-----

--- Mas uma coisa é certa Senhora Deputada, esse entendimento parece-me que caducou, caiu por terra e portanto faça lá um apelo ao partido porque , se de facto era essa a vossa intenção, e já que o PSD já não está de acordo convosco nessa matéria, pelo menos deixem de portajar a A vinte e quatro e a A vinte cinco. Apelava naturalmente ao voto favorável à moção, tal como votarei favoravelmente a outra moção.-----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve:« pensava que a moção era perfeitamente clara e simples, aliás, as coisas simples que têm uma vantagem muito grande relativamente àquelas mais complicadas; por isso eu apenas queria dizer às primeiras pessoas que aqui usaram da palavra de que a discussão que trouxeram sobre outras questões devem ser efectivamente discutidas, pode ser feita sob a forma de uma moção ou não, e estamos perfeitamente disponíveis para as discutir; mas, penso que, nos devíamos concentrar nesta moção, no conteúdo da moção. Estou perfeitamente disposto a subscrever as outras questões ,que aqui foram levantadas, e que efectivamente são muitas delas causa da situação em que nos encontramos e com que agora somos confrontados.-----

--- Essa é uma primeira questão. Agora, de acordo com a intervenção da minha querida amiga Fátima, ela disse aqui uma verdade de todo o tamanho. Ela disse « Fico baralhada». Garanto-vos, eu se fosse do Partido Socialista também estava baralhado. É assim, se alguém aqui quis mudar os discursos, quem ganha eleições prometendo que não há portagens e a seguir faz

precisamente o contrário, quem numa semana anula o TGV e ao outro dia, afinal, já vai lançar novamente o concurso. Então, mas não é o Partido Socialista? Não é o Governo do Partido Socialista? Então onde é que fica baralhada? E depois pede seriedade ao Partido Social Democrata. Então, eu tive o cuidado de apoiar uma moção, de frisar que o Partido Social Democrata foi penalizado porque sempre defendeu o princípio do utilizador pagador, porque se apercebeu que o gratuito, o de borla, não existe, alguém tem de pagar. Se não são aqueles que passam ali, são os outros que não passam, somos todos nós e nesta questão que sempre foi dito que, e tinha o efeito bola de neve, passado quatro ou cinco anos ia ter valores insuportáveis. E passados os tais quatro ou cinco anos cá estamos com os valores insuportáveis.-----

--- Portanto o PSD sempre disse isto e infelizmente os números vêm confirmar aquilo que sempre defendemos. Fomos penalizados nas eleições, porque obviamente se há quem me ofereça gratuito eu não vou estar a eleger quem me vai obrigar a pagar. Então quer mais seriedade da nossa parte? Agora, estamos a falar do Governo, não é do Partido. O Partido até pode ser sério ou não ser, é para o lado que eu durmo melhor, desde que não seja o meu Partido. Agora, estamos a falar do Governo da Nação. Já estou a falar no pós-eleições. É o Primeiro-Ministro de Portugal que, na inauguração da A vinte cinco, reafirma que enquanto os níveis económicos desta Região não estiverem aos níveis do país, não haverá portagens. Não foi o PSD que disse isto. Então quem é que é o sério da questão? Por amor de Deus. Perfeitamente de acordo com a sua forma baralhada, perfeitamente em desacordo com esta questão da seriedade.-----

--- Relativamente à moção do Bloco de Esquerda, que é idêntica, votaremos naturalmente a favor. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Jorge Abreu, que disse: « Não era para intervir neste ponto, mas penso que como sou deputado eleito pela coligação CDS-PP/PSD do Concelho de Nelas, como independente, daí estar à vontade para falar sobre este tema. Como jovem trabalhador de uma empresa citada há pouco pelo Senhor Deputado Rui Costa, a PSA de Mangualde. É uma das nossas grandes preocupações, também por algumas responsabilidades que exerço na empresa, que esta questão, da introdução ou não das portagens, se vive no interior desta empresa. -----

--- Como relata o Senhor Deputado Rui Costa aquela empresa está a lançar um terceiro turno com mais trezentos trabalhadores, nós temos neste momento o engrossar e o alargamento de funcionários que utilizam a A vinte cinco; neste momento ultrapassa já os quarenta por cento

dos trabalhadores; porque aquela empresa não é uma empresa de Mangualde mas sim do Distrito de Viseu. -----

--- A nível industrial eu penso que é uma das empresas que é muito necessária para a Região. Eu sou natural de Santar que é uma freguesia que demonstra sinais de crescimento, daí eu também pegar numas palavras que ouvi há cerca de doze anos atrás ao actual Secretário de Estado dos Transportes, Eng. Paulo Campos, numa visita que fez ao concelho de Nelas em que afirmou que o IC trinta e sete era uma obra para arrancar já. Isto foi há doze anos atrás. Neste momento do IC trinta e sete nem se fala. E a conclusão do IC doze? -----

--- Acho que vivemos num país com pouca fiscalização. Desde sempre fui contra o pagamento de portagens desde que não haja alternativa. Por último uma palavra de apoio tanto à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda como pelo PSD, porque o nosso Distrito, neste momento, não tem qualquer condição para ser portajado, para já, nestas vias. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão. -----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve, « Estou de acordo e solidário com algumas das razões aqui apontadas para se apoiarem estas duas moções que foram apresentadas, no seu essencial. Também tenho a minha opinião e duas razões me levam a ser contra as portagens nestas duas auto-estradas que nos afectam. A primeira é de não atingirmos ainda um nível das outras regiões do país; a segunda por não termos alternativa. São também já as razões aqui apontadas. Mas estou aqui nesta intervenção porque também eu fiquei baralhado. Eu sei que também não vai poder responder o Deputado, Senhor Dr. Manuel Teodósio, mas fica o apelo para que se defina. Parece-me que está aqui a dar uma no cravo e outra na ferradura, parece-me que quer, mas não quer. Parece-me que há um partido que defende uma coisa quando está em Lisboa ou quando estamos em Lisboa e há o mesmo partido a defender outra coisa quando estamos aqui. E se a moção aponta exactamente para onde todos estamos, se calhar estamos solidários até porque sofremos a mesma interioridade que as pessoas que apresentaram moções apontam; depois no Preâmbulo vêm dizer que sempre defenderam, que sempre apontaram, sempre tiveram em consideração que deveria ter sido o princípio do utilizador pagador, a ser enfatizador destes princípios. -----

--- Pois bem, Senhor Deputado, defina lá isso. Entendam-se em Lisboa e entendam-se em Viseu, quando eu digo em Viseu digo na Região da nossa CIM. Entendam-se. Falem a uma só voz. Não tragam uma voz no preâmbulo, outra na moção, não falem numa forma aqui, de outra forma em Lisboa. -----

--- Era este recado que eu queria deixar e dizer que eu votarei e fui, de resto chamo-me Alberto Ascensão, digo isto só no fim, fui eleito nas listas e sou filiado no PS mas votarei

favoravelmente estas duas moções; simplesmente gostava que houvesse um princípio para não ficarmos de facto baralhados porque não sei bem se é o princípio do utilizador pagador que está aqui a ser defendido se é o afastamento das portagens da A vinte cinco e A vinte e quatro. Eu voto contra as portagens, voto favoravelmente as duas moções.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, dirigindo-se ao Senhor Deputado Alberto Ascensão afirmou: «Vamo-nos entender também aqui na Assembleia Intermunicipal. Eu abri uma excepção e agora tenho que ir até ao fim com essas excepções. Futuramente, quando eu abrir um período de inscrições para tratar um determinado ponto eu não darei a palavra a mais ninguém para depois reabrir a discussão porque de facto, a situação é complicada. Eu agora vejo-me, do ponto de vista regimental, sem possibilidade de dar a palavra aos autores das moções porque já intervieram duas vezes que é aquilo que o Regimento contempla.-----

--- Eu perguntei várias vezes se algum dos Senhores Deputados se queria pronunciar sobre esta matéria e só depois é que se vieram a pronunciar. Eu sei que as palavras são como as cerejas, mas nas assembleias têm que haver regras, portanto, a partir de agora, não vou transigir mais, agora darei a palavra a toda a gente que se queira inscrever sobre a matéria, obviamente que não dando mais do que duas vezes a palavra a ninguém; futuramente, se em assembleias futuras houver uma apresentação de uma moção eu ponho-a a debate e depois de debatida dou a palavra ao autor e não darei a palavra a mais ninguém. Votou e acabou?».--

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.-----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve ,« começo aqui por duas situações muito rápidas: eu sou partidário e por isso há uma coisa que respeito, a independência das pessoas, mas também não gosto muito de diabolizar, ou que se diabolizem os partidos políticos, que são essenciais à democracia; e por isso, no respeito de todos, as opções muitas vezes são político-partidárias, são os partidos que são os suportes dos Governos, e por isso, é nesta base de que nos devemos enquadrar e discutir os problemas.-----

--- Começaria por uma situação que é esta: quando se fala em demagogias, também eu já ouvi aqui muita demagogia a começar por quem às vezes fala na demagogia e por isso eu vou tentar ser rápido em relação a algumas situações. Tem a ver com a situação do utilizador pagador. As coisas têm o seu contexto. Quando se fala em utilizador pagador fala-se num contexto, em que havia o IP cinco e havia uma proposta de utilizador pagador para uma auto-estrada Aveiro-Vilar Formoso, que iria ter portagem, iria ser portajada. Como é óbvio, nesta medida havia que haver o utilizador pagador. Ia-se construir uma nova auto-estrada, havia que haver portagens. Depois há uma opção político-partidária de um Governo que diz assim: Não senhor. Nós vamos duplicar o IP cinco e a partir daí era uma opção de uma SCUT, e fez o

compromisso com as populações da Região. E por isso começaria desde já a dizer que o PSD é um partido que só tem uma voz. Mas, tem uma voz que defende os interesses da Região e tem a voz que defende os interesses nacionais, somos um, somos unos. -----

--- Por isso aquilo que eu gostaria de dizer era, o utilizador pagador tem um contexto e há outro que são opções e quanto às opções não nos esqueçamos que quando foi feita a opção das SCUT's e toda a gente dizia as consequências nefastas que tinha esta opção. Mas, o Governo, na sua legitimidade, fez esta opção, e por isso também fez a tal situação da discriminação positiva e é isto que nós aqui, em termos regionais, ouvimos das pessoas dos vários quadrantes, das várias posições a defender. -----

--- O que nos disseram é que a auto-estrada Aveiro - Vilar Formoso portajada não ia existir, ia existir uma duplicação do IP cinco, foi isso que foi dito, e que isto iria trazer desenvolvimento para o Interior, que estamos para ver, e que iria, fundamentalmente, trazer discriminação positiva e que por isso não devia ser paga. -----

--- Acabaram com as alternativas, ao fazerem esta opção e por isso aquilo que nós dizemos é que neste momento, nós temos o direito, todos, em termos da Região, de defender que não sejamos portajados, é só isto. Agora há aqui outra situação que tem a ver com uma situação que é preciso aqui também, de um momento para o outro, esclarecer que é esta: quando um partido, o partido é que governa, é que lá está, tem as suas opções, deve fazê-las, não pode estar sempre com a Cartilha Nacional de vir, por um lado, sempre corrigir isto que é: quando tem que tomar decisões, e nós compreendemos, e nós estamos sempre a colaborar no interesse do país. -----

--- O problema das portagens surgiu agora porquê? Porque não há dinheiro e temos credores. Há endividamento. Foi por isso que apareceu o problema das portagens. O Governo tem que fazer opções entre o que agora diz é preciso portajar, precisamos daquele dinheiro. E eu digo e nós aqui na Região dizemos assim: já ouvimos aqui argumentos da Carris, já ouvimos do Metro mas há outros argumentos a dizer, há opções, antes de portajar o Interior. Ainda um colega meu me dizia «a nós agora, encerram-nos serviços de saúde, encerram-nos escolas e ainda temos que pagar para sair do Interior » É um problema de opções, têm o despesismo, têm o desperdício do Estado, têm questões em termos de mordomias, de gastos supérfluos, de prémios, de ordenados principescos e nem uma palavra. São opções. Então, em vez de vir às portagens, ia ter outra opção, ia buscar dinheiro a outro lado e mantinha a questão das portagens; esta opção é possível fazer, o Governo é que governa e o Governo é que tem de demonstrar isso. Agora não pode é fazer uma coisa que é vir dizer nós não queríamos, mas que a crise e o PSD exigiram. -----

--- Nós defendemos o princípio do utilizador pagador e quando se defende o princípio do utilizador pagador defende-se um princípio de universalidade. Mas a quem compete depois aplicar as medidas é ao Governo; e o Governo é livre de dizer e fazer assim: olhe, os senhores até querem a universalidade, nós não queremos, nós temos outros meios de ir buscar receitas. São estas opções, que são opções políticas, são opções de um governo que devia tomar, agora não podem dizer que os outros é que andam a recuar, que têm várias vozes. Não. O PSD só tem uma voz. E tem um Presidente.-----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Alberto Ascensão.-----

--- Intervenção, o Senhor Deputado, que se transcreve: começo por me dirigir expressamente ao Deputado Senhor Dr. Mota Faria, para também lhe pedir esclarecimentos, pois não me esclareceu muito bem daquilo que eu tinha perguntado ao Deputado Manuel Teodósio. De facto diz-me que o princípio do utilizador pagador é a voz do Partido Social Democrata, mas continuo a não perceber e acabou dizendo que tem um Secretário-Geral e é de facto o Secretário-Geral que diz que toda a gente paga.-----

--- E o princípio que foi adoptado por este Governo foi exactamente aquele que foi agilizado com o Secretário-Geral do PSD e que depois teve aquelas discriminações positivas que sabemos. O Deputado Mota Faria sabe disso, por outro lado diz que vem aqui dizer que o Governo podia ir buscar dinheiro a outro lado em vez de ir às portagens. É engraçado mas não ouvi ainda aqui essas alternativas. Eu gostava que deixasse aqui essas alternativas, porque de facto um partido que tem uma só voz e que pretende ser alternativa à governação deste país, certamente terá a suas propostas alternativas a estas formas de arranjar dinheiro, como reconhecidamente disse aqui para a situação em que nos encontramos. Queria-lhe deixar este repto e dizer-lhe que de facto eu continuo a pensar que não fala toda a gente a uma voz pelos motivos que disse há pouco e que me dispenso de repetir.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, atendendo à inexistência de qualquer inscrição para intervir, colocou à votação as moções propostas.-----

--- Assim, começou por colocar à votação a moção subscrita pelo Senhor Deputado Rui Costa, que foi aprovada por maioria, com cinquenta votos a favor, um voto contra e seis abstenções.

--- De seguida colocou à votação a moção subscrita lugar pelo Senhor Deputado Manuel Teodósio, que foi aprovada por maioria, com quarenta e três votos a favor, quatro votos contra e dez abstenções.-----

--- Foi dada de seguida a palavra à Senhora Deputada Leandra Cordeiro.-----

--- Intervenção, da Senhora Deputada, que se transcreve, « começo por salientar que depois das moções debatidas anteriormente, falou-se muito do pagamento ou não das SCUT's, mas

penso que essencialmente discutiram-se e debateram-se as preocupações ligadas à interioridade e a minha intervenção vem no fundo completá-la ao nomear igualmente os custos que tem viver no interior do país, designadamente ser jovem no interior de Portugal, até porque, dizia há pouco, me parece estar a comprometer-se o presente mas também o futuro de uma geração.-----

--- A taxa de desemprego jovem, nacional, atinge hoje os vinte e um por cento, no distrito ela ultrapassa este valor alcançando cerca de trinta e três por cento, reflectindo bem o ónus da interioridade e das desigualdades sentidas por quem vive no interior do país, sendo que vinte e oito por cento desses jovens estão ainda à procura do primeiro emprego. -----

--- Esta é uma realidade próxima que mascarada por números espelha dificuldades, sofrimentos e o desespero por quem deseja, a todo o custo, a sua autonomia e independência. Apuram-se responsabilidades, e entre truques de mágica tentam-se escamotear verdades e existências.-----

--- O jogo de ping-pong, a que muitas vezes assistimos, entretém os mais incautos mas não traz soluções. As políticas adoptadas pelo Governo Socialista do Engenheiro Sócrates que parece alhear-se da realidade e das pessoas, de forma prepotente, tem centralizado os poderes e os serviços detendo privilégios e oportunidades mais uma vez para quem vive, no litoral, nos grandes centros urbanos, fechado sobre si próprio, promove novas oportunidades como estandarte, quando no mercado, cada vez mais competitivo, onde se exige rigor, competência e qualificação, o que se procuram são verdadeiras oportunidades.-----

--- Esta minha intervenção não responsabiliza as autarquias; estou certa de que os autarcas do nosso Distrito, do meu Distrito, enfrentam diariamente obstáculos, vencem adversidades e implementam medidas procurando tornar como mais-valia a qualificação e o empreendedorismo dos seus jovens.-----

--- No entanto, estou certa que enquanto não se colocar como prioridade a coesão nacional na agenda do Senhor Primeiro-Ministro, sendo ela também social, espelhando vontades e a expressão do desejo de esforços e fazer sacrifícios para todos juntos encontrarmos soluções, criar oportunidades e abrirem-se, aí sim, verdadeiras janelas de esperança no futuro, não se resolverão os problemas do desemprego tais como tantos outros». -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve: «Trago uma reflexão sobre algo que me preocupa a mim e que penso que preocupará as autarquias e certamente também a Comunidade Intermunicipal. O período de vigência do QREN situa-se, como já sabemos, entre dois mil e sete e dois mil e treze.-----

--- Desde o início de dois mil e sete até ao final de dois mil e nove a União Europeia colocou à disposição de Portugal, no âmbito do QREN, mais de oito mil milhões de euros. No entanto, de acordo com o Boletim Informativo número seis do QREN, apenas foram executados cerca de dois mil milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas vinte e três vírgula cinco por cento, ou seja, ficaram por utilizar mais de seis mil milhões de euros de fundos comunitários.-----

--- Ao abordarmos a taxa de pagamento, verificamos que é apenas de vinte por cento do montante executado, ou seja, na prática, após os três primeiros anos do QREN, tinham-se executado apenas cerca de sete por cento do total das verbas previstas. Se a análise for feita por Programas Operacionais, verificamos que as taxas de execução são inferiores nos Programas Regionais quer do Norte, Centro, Alentejo e Algarve, entre seis e oito por cento, mas com valores percentuais que duplicam quando falamos do Programa para a Região de Lisboa.-----

--- As razões para tão baixas taxas de execução resultam dos atrasos na aprovação dos projectos por parte do Governo, mas, mais grave, devido à política de combate ao défice em que também se utilizou, como estratégia de contenção da despesa, a limitação da execução do QREN, o que até já foi reconhecido pelo anterior Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, que afirmou, e passo a citar: “ as políticas de redução do défice tiveram o seu papel na redução dos ritmos de execução dos fundos comunitários”.-----

--- A própria Assembleia da República aprovou, no último mês de Fevereiro, uma recomendação com medidas para melhorar a gestão e a aplicação dos mais de vinte mil milhões de euros do QREN.-----

--- Ora, como o QREN tem uma importância política estrutural, cuja má gestão prejudica a população portuguesa e o desenvolvimento da economia, adia-se a construção de equipamentos, de vias de comunicação e de infra-estruturas que podiam estar já à disposição.

--- Além disso, quanto mais tarde se utilizarem os fundos, menos eles valem por via da inflação, se ela for positiva e atrasa-se a modernização e o desenvolvimento do país; criam-se menos empregos e a crise agrava-se.-----

--- Pelo que vem sendo exposto, temos de salientar que o esforço de alguns municípios, a boa saúde financeira de outros e finalmente, a dinamização de entidades supramunicipais permite, por um lado, suportar a contrapartida dos municípios para a execução dos projectos, devido a algumas taxas de financiamento baixas, por outro lado, a realização e o pagamento prévio de projectos alicerçados no QREN, antes da recepção dos respectivos valores por parte da entidade gestora do programa.-----

--- Sublinhamos aqui, o bom desempenho da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, na proposta de execução de programas alicerçados no QREN, que já motivou o seu reconhecimento como o exemplo a seguir, nomeadamente na Zona Centro.-----

--- Sublinhamos também, a forma como as autarquias e entidades supra-municipais se sobrepõem ao Poder Central, na maneira como utilizam estas fontes de financiamento comunitárias, mas não podemos deixar de salientar as preocupações que envolvem todo o programa do QREN, ou seja, temos de fazer um alerta para uma maior competência na gestão de fundos comunitários, para a necessidade de promover mudanças positivas, de forma a aproveitar o período de vigência ainda associado ao QREN, pois relativamente aos seus três primeiros anos podemos afirmar, efectuando um cálculo através de uma regra de três simples que dois deles foram perdidos». -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques. -----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve:« Depois de algumas das coisas que ouvi não podia deixar de dar a minha opinião, principalmente porque já percebemos há muito tempo que nesta altura o Primeiro-Ministro tem as costas muito largas. -----

--- Não estou aqui para o defender, apesar de ter votado nele, mas há coisas em que nós podemos malhar nele muitas vezes, e muitas vezes ele merece, agora nesta questão do desemprego jovem não posso de todo concordar. É verdade que há muito desemprego jovem, mas também é verdade que nunca que nunca houve um Governo como este que tenha dado tantas oportunidades a tantos jovens como este o fez. -----

--- Foram milhares de jovens que conseguiram ter estágios remunerados, quando a iniciativa privada não os punha nos seus escritórios, nas suas empresas, teve de ser o Estado a fazê-lo. Fê-lo, remunerando-os, como eu, que ainda não tenho idade da maioria dos Deputados aqui presentes mas eu próprio, quando estagiei, estive dois anos à borla, como muitos dos meus colegas e hoje em dia, felizmente, não é assim e não é assim graças ao Governo que lá está, que nem sempre faz as coisas todas mal. Foram milhares, só no Estágio PEPAP foram à beira de oito mil este ano, fora nos anos anteriores. -----

--- Por outro lado, devemos claramente falar daquilo que nos preocupa. Confesso que no meu concelho o desemprego jovem não é um problema, nem o desemprego em geral. Temos outro flagelo, que está ligado a esse que é a emigração e isso também me preocupa. E a verdade é que o país não está bem, precisamos de melhorar a economia e precisamos de melhorar as finanças. Mas pergunto-vos o que é que a nossa CIM faz, ou fez, para tentar melhorar essa situação aqui. Na minha opinião, muito sincera, não vai ser uma ecopista que nos vai trazer o emprego e o desenvolvimento para a nossa Região. Não é. Pode ser uma coisa muito bonita

mas se calhar teria mais lógica lutarmos para que os carris não fossem levantados e o comboio funcionasse do que termos uma ecopista a levar-nos para onde? Para o Litoral.»-----

---O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, solicitou a palavra para responder ao Senhor Deputado Paulo Marques, e disse « quero por informar que não fazia questão de intervir neste ponto, apesar de ter opiniões muito próprias sobre as matérias discutidas, em particular sobre a questão das SCUT's, mas deixo isso para outra oportunidade.

--- Mas, gostaria de responder ao Senhor Deputado sobre o que a CIM fez. Não sei se sabe o que é que a CIM tem que fazer?-----

--- Em primeiro lugar tem de aprender o que é que a CIM tem que fazer, quais são as suas responsabilidades; essa é a primeira questão que tem que naturalmente perceber, qual é o nosso papel. Se tivesse um bocadinho atento, ou se tivesse lido a minha informação escrita, tinha-se apercebido que a CIM Dão Lafões é, neste momento, das CIM's da Região Centro, aquela que tem maior taxa de execução, o que significa que os municípios, no seu conjunto, estão a fazer os possíveis e os impossíveis para dar ânimo e dar força à nossa economia local. Estão a fazer aquilo que naturalmente as entidades superiores não estão a fazer, mas não ficámos por aqui, estamos naturalmente a fazer projectos intermunicipais, como a RUCI – Viseu Dão Lafões que vai permitir trazer para a Região cerca de nove milhões, e que em áreas tão importantes como: Criatividade, Talento e Inovação; Competitividade e Coesão; Marketing Territorial e Afirmação Externa. -----

--- Em relação à ecopista, está seguramente muito distraído porque a ecopista pode ser seguramente uma boa razão de atracção para a nossa Região. Tive oportunidade de há relativamente pouco tempo estar em Girona e de ver As Vias Verdes e se tiver a oportunidade de conhecer as ecopistas que ali estão a ser construídas, também em espaços de antigas linhas férreas, vai-se aperceber que podem ser uma importante atracção. Já o são para aquelas regiões, e serão seguramente também para a nossa Região, se, naturalmente, tivermos capacidade para depois a projectar e para a animar. Esse será um grande objectivo. Assim como será, se houver oportunidade e recursos financeiros a Ecopista do Vouga, que constituirá um complemento da Ecopista do Dão, e que seguramente trarão riqueza, turistas e pessoas, para além da qualidade de vida, do lazer.-----

--- Portanto gostaria de lhe dar esta nota de que de facto nós estamos a fazer os possíveis e os impossíveis e o melhor que podemos dizer é que na Região Centro somos a CIM com mais capacidade de execução e com mais projectos aprovados. Somos hoje, reconhecidos por entidades completamente independentes como o AICEP, o Presidente e a Comissão Executiva

do Mais Centro, como a região que neste momento está a puxar por todas as outras CIM's. É isto que lhes queria transmitir.»-----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da acta da reunião anterior – foi dada a palavra ao Senhor Deputado Nélson Pereira.-----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve :« Sou referido, pela intervenção que fiz e pelas respostas que me deram como Nélson Pereira, que eu aceito, mas aparece na página cinco, uma referência à minha pessoa como Nélson Rodrigues, portanto agradecia só que fosse tomada nota, aceitando Nélson Pereira.»-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, atendendo à inexistência de mais nenhum pedido de inscrição, colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Informações – Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Marta.-----

--- Intervenção do Senhor Presidente do Conselho Executivo, que se transcreve:« Agradeço à Câmara Municipal de Carregal do Sal por esta recepção e por nos disponibilizar este magnífico auditório para esta Assembleia Intermunicipal, e por isso, Senhor Atílio, meu caro amigo, os meus agradecimentos e também os meus cumprimentos pessoais.-----

--- Depois dar-vos conta que de acordo com aquilo que tinha sido solicitado também na última reunião intermunicipal, nós fizemos chegar a todos os Senhores Deputados e Deputadas a informação escrita, de acordo com a legislação, ou seja, de acordo com o artigo treze da Lei quarenta e cinco barra dois mil e oito, em que uma das competências da Assembleia Intermunicipal é acompanhar e fiscalizar a actividade do Conselho Executivo, devendo para isso ser apreciada em cada reunião ordinária uma informação escrita sobre a actividade da Comunidade bem como da sua situação económica e financeira.-----

--- No cumprimento desta disposição foi elaborada a presente informação escrita que tem como objectivo dar a conhecer o trabalho da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, desde o início do ano até à presente data.-----

--- Nestes quase dois anos de acção em prol do desenvolvimento económico, social e ambiental do Território Dão Lafões, inúmeras actividades têm sido levadas a cabo, como se pode verificar quer nos relatórios de actividade apresentados no passado, quer nas páginas seguintes, mas ainda há muito trabalho a realizar para atingir os índices de desenvolvimento ambicionados.-----

- Assim, na continuação, ainda que de uma forma resumida, dá-se conta aos membros da Assembleia Intermunicipal das principais iniciativas e projectos desenvolvidos no período em referência.-----
- Receberam pois um documento que, em síntese, têm as principais actividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, quer no âmbito da contratualização, quer de projectos candidatados pela própria CIMRDL, bem como a actividade instrumental da CIMRDL e têm ainda um resumo da situação económica e financeira.-----
- Naturalmente que me vou limitar, apenas e só, ao resumo simplificado deste relatório, visto que todos receberam o documento e portanto tiveram a oportunidade de o ler, de o analisar e, se assim o entenderem, solicitarem qualquer esclarecimento adicional ou um outro tipo de questão que pretendam ver respondida.-----
- Dar nota, em primeiro lugar, que fizemos o pagamento das senhas de presença a todas as senhoras e senhores Deputados, tal como era a nossa obrigação.-----
- Estamos a preparar o Modelo de Gestão da Ecopista do Dão, visto que até ao final do ano vamos ter a ecopista completa e nesse sentido temos vindo a trabalhar para que a Comunidade Intermunicipal possa fazer a gestão, a animação e a promoção deste equipamento.-----
- Nesse sentido tivemos uma visita, já há algum tempo, às Vias Verdes, em Girona, perto de Barcelona, que são um bom modelo de promoção turística e por isso quisemos ver e aprender para podermos adaptar à nossa própria realidade.-----
- Participámos na EXPO Oportunidades que decorreu em Viseu no final do mês de Maio e na Ficton, em Tondela. Foi aprovada no Conselho Executivo da CIM, por unanimidade, a colaboração nas décimas segundas Olimpíadas da Amizade - Carlos Costa, que será uma participação logística e sobretudo uma participação financeira.-----
- A apresentação conjunta por doze dos catorze municípios da CIM Dão Lafões de uma providência cautelar para suspensão da retenção das verbas do Sistema Nacional de Saúde no Fundo de Equilíbrio Financeiro.-----
- Nós decidimos, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, seguir as indicações da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido de impedir que o Estado, através da DGAL, retivesse verbas do Serviço Nacional de Saúde antecipadamente, ou seja, antes mesmo que os beneficiários gastassem qualquer recurso financeiro no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Isto é, o Estado, por antecipação, estava a fazer as respectivas retenções.--
- Nós fomos a primeira Comunidade a fazê-lo, portanto doze dos catorze municípios entenderam que a Comunidade Intermunicipal devia fazer este trabalho, o que fizemos,

naturalmente, com colaboração jurídica externa, e é bom dizer aqui que fomos a primeira a fazê-lo e fomos a primeira também, por esta via, a registar o facto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu ter concedido a suspensão destas retenções, dando provimento à providência cautelar.-----

--- Por isso já foram devidamente notificados quer a DGAL, quer a Presidência do Conselho de Ministros, quer também o Ministério das Finanças e, repito, seguimos uma orientação que foi dada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a todos os municípios portugueses.

--- Estamos também a elaborar um projecto supramunicipal de apoio ao empreendedorismo de base local, em colaboração com a Comissão de Coordenação e com o IAPMEI do Centro. ----

--- Fizemos diversas reuniões mensais do Conselho Executivo, como manda a Lei, e temos participado, regularmente, nas reuniões dos órgãos de Gestão do PO Mais Centro, da Comissão de Acompanhamento e nas reuniões com o Secretário de Estado que tutela o QREN.

--- Depois dar-vos nota de que conseguimos a aprovação no Mais Centro de uma candidatura à Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Viseu/Dão - Lafões, repartida por catorze projectos e por vários parceiros, num investimento total de nove vírgula um milhões de euros, com o FEDER de participação de cinco vírgula oito milhões de euros, feita, neste ano, pelos técnicos da CIMRDL. -----

--- Foi a candidatura mais pontuada, das que se apresentaram a este concurso, e esperamos que a assinatura deste contrato ocorra durante o mês de Outubro.-----

--- Os objectivos desta candidatura são fomentar e atrair actividades económicas geradoras de riqueza e criadoras de emprego qualificado; dotar a Região de condições para incorporar factores de inovação no tecido económico, social e institucional e consolidar o sistema urbano de Viseu. -----

--- O sistema urbano de Viseu é apenas e só constituído pelos municípios de Viseu, de Tondela, de São Pedro do Sul, de Santa Comba Dão, de Nelas e de Mangualde, eram os únicos que se poderiam candidatar a esta Rede de Competitividade e Inovação. Para além disso, tivemos também outras instituições que se associaram a este projecto, como a AIRV, o Instituto Politécnico de Viseu, a Universidade Católica, a EAB, a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, o Teatro Viriato e a ACERT e também várias empresas, tais como: PSA de Mangualde, Visabeira, Martifer, Labesfal, Nutroton, Controlvet, Huf Portuguesa, JVC, Dão-Sul, ColdKit e Patinter. -----

--- Não poderia deixar de referir o excelente trabalho, a capacidade técnica que foi desenvolvida não só na CIM Dão Lafões, em particular pelo Secretário Executivo, mas também no âmbito da AIRV que foi aqui um parceiro muito importante para que esta candidatura

tivesse a pontuação que teve e tivesse sido naturalmente aprovada com naturais mais-valias para a Região. -----

--- No âmbito da formação, como sabem está a decorrer neste momento, com êxito, formação para os catorze municípios, para os funcionários dos catorze municípios e já com vários seminários realizados e com excelentes especialistas, aliás escolhidos pela Comunidade. Neste momento fizemos uma nova candidatura e nesse sentido os objectivos serão: preparar as entidades autárquicas, em especial os recursos humanos para encontrarem uma resposta de elevada qualidade, rigor, eficácia e eficiência para os novos desafios que se lhes apresentam. --

--- Foram dois projectos aprovados, e este segundo, aprovado em Agosto de dois mil e dez, para execução até final de dois mil e onze, com uma dotação financeira de trezentos e dez mil euros, o primeiro tinha sido de quinhentos e catorze mil euros. Este segundo projecto tem em vista preparar os funcionários dos municípios para o processo de Modernização Administrativa. -----

--- A CIM, em conjunto com os catorze municípios, foi promotora de uma candidatura, para a Modernização Administrativa num investimento total de três vírgula cinco milhões de euros e um FEDER de dois vírgula cinco milhões de euros também já aprovada. -----

--- Simplificar o relacionamento dos cidadãos e empresas na sua interacção com os catorze municípios envolvidos, aumentando a qualidade dos serviços prestados numa lógica de eficiência, modernidade e transferência implementando balcão único de atendimento, reengenharia e desmaterialização dos processos, SIG, plataforma multicanal de comunicações, avaliação de satisfação dos utentes e monitorização dos níveis de serviço e difusão de boas práticas, complementado pelo referido projecto de formação. -----

--- Estas eram as informações que vos queria deixar, repetindo aquilo que disse inicialmente de que têm em vosso poder tudo aquilo que fizemos nestes meses e estaremos à vossa disposição para as questões que nos queiram colocar. -----

--- Finalizadas as informações prestadas pelo Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo, e não havendo mais nenhum pedido de intervenção o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou, de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, Discussão e Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRD - dando a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, que procedeu à apresentação dos documentos em questão acompanhado por um PowerPoint. -----

--- Intervenção, do Dr. Nuno Martinho, que se transcreve: « Foi remetido um conjunto de documentação a todos os Senhores Deputados, onde constava o mapa das alterações orçamentais da receita e da despesa, o mapa de alterações orçamentais das Grandes Opções do Plano e enviámos também, com detalhe, o mapa das alterações orçamentais do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes. Foi também enviada a Minuta de Deliberação do Conselho Executivo que aprovou esta Revisão Orçamental. -----

--- Relativamente a esta proposta de Revisão Orçamental, a segunda do Exercício Económico de dois mil e dez, representa um acréscimo de 190.000,00 € em relação à última alteração orçamental. Dizer-vos também que, do lado da receita, esta inscrição orçamental deriva exclusivamente da comunicação por parte do Programa Operacional Temático do POPH, da aprovação da candidatura no âmbito da formação, candidatura efectuada em Abril à tipologia três ponto quatro da Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, candidatura que foi aprovada em Agosto de dois mil e dez e por conseguinte temos necessidade de inscrever este valor do lado da receita, para a CIMRDL proceder ao lançamento do concurso público, que é obrigatório. -----

--- Do lado da despesa, as alterações orçamentais pretenderam basicamente cumprir os seguintes objectivos: dotar rubricas que estavam sub-dotadas; alteração nas dotações das rubricas das Grandes Opções do Plano referentes aos projectos aprovados no âmbito do QREN, a saber: projecto RUCI Viseu Dão Lafões; Projecto de formação supramunicipal e Projecto E3DL – Eficiência Energética e Ambiental no Território Dão Lafões. -----

--- Basicamente é isto, de uma forma breve. Os documentos estão com os Senhores e Senhoras Deputadas, obviamente fico à disposição para qualquer questão mais técnica. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao Senhor Deputado Fernando Dias. -----

--- Intervenção, do Senhor Deputado, que se transcreve: « A rectificação do orçamento deveria nortear objectivos naturalmente mais amplos, ou seja, de uma forma prospectiva deveria elaborar-se neste documento um documento previsional e não meramente histórico e de muito curto prazo. A questão que eu coloquei já na primeira sessão da aprovação e discussão do documento, pergunto, novamente, se realmente não faz sentido a elaboração de um documento plurianual e parece-me que as acções se esgotam todas elas no ano de dois mil e dez e que não se prevê mais nada. Porquê? Porquê é que há um corte radical e há uma paragem no tempo em termos de acções? -----

--- Penso que realmente os dois anos seguintes deveriam dar continuidade ao trabalho que está a ser feito e deveria espelhar-se ao fim e ao cabo neste documento essas acções. Penso que o ano de dois mil e onze não será um ano apocalíptico e por conseguinte acho que não vai

acabar o mundo, logo a CIM também não vai acabar, portanto deveria, de facto, dar prolongamento às acções que aí estão. -----

--- Resposta do Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que se transcreve: «Já tinha tido a oportunidade de lhe dizer isso na última Assembleia Intermunicipal, nós temos competências próprias e temos competências que são exclusivamente dos municípios. Uma grande parte do trabalho da CIM é fruto do trabalho dos municípios, das diferentes candidaturas que fazem. Neste caso há a CIM Dão Lafões e também há o Mais Centro, competindo-nos, nesta altura, apenas e só dar parecer vinculativo, apreciar as candidaturas para elas serem aprovadas no Mais Centro. Portanto essas candidaturas estão previstas, como devem imaginar, nos setenta e três milhões de euros em várias vertentes e que os diferentes municípios vão-se candidatando em função da quota e cuja capacidade de execução dos municípios ela é clara e inequívoca, em relação ao todo nacional e em relação à Região Centro.

--- Depois existe o orçamento próprio da Comunidade propriamente dita e das iniciativas que vai tomando e neste caso particular estamos sempre muito dependentes das candidaturas que são abertas, quer no âmbito do Mais Centro quer no âmbito do POVT. O que temos feito é aproveitar todas as oportunidades e temos ido com os próprios recursos técnicos e logísticos da Comunidade, e cumprir, assim, o nosso programa, de acordo com as candidaturas que vão sendo apresentadas em termos quer regionais quer nacionais. -----

--- Por isso, conseguimos, em tempo recorde, aprovar já dois projectos de formação, a candidatura à Eficiência Energética que só agora vai ser aprovada e portanto só agora é que poderá ser desenvolvida. -----

--- Nós dependemos das aprovações superiores e só para terem uma ideia nós tivemos comunicação de aprovação desta candidatura de eficiência energética, em Julho e neste momento ainda nem sequer temos o contrato assinado para poder colocar esta acção em funcionamento. -----

--- Exactamente a mesma coisa em relação à RUCI onde houve uma primeira candidatura no ano passado que demorou um ano a ser aprovada. Depois foi anulado o respectivo concurso, foi aberto um outro concurso durante um mês e fizemos a respectiva candidatura, também é bom dizer que num mês ou mês e meio foi decidida a candidatura e estamos agora à espera da aprovação do contrato para que nos próximos três anos possamos implementar, com os diferentes parceiros, esta estratégia. -----

--- Isto para lhe dizer que o nosso Plano de Actividades e Orçamento tem de estar de acordo com as candidaturas que vamos fazendo e em cada momento da respectiva aprovação. Uma nota que não quereria deixar de dizer é que se há aqui algum atraso, não é seguramente da

CIM Dão Lafões e dos catorze municípios que a constituem, porque nós, em tempo útil, como já tive a oportunidade de dizer várias vezes, fizemos o nosso trabalho de casa, quem não fez o trabalho de casa tem que ser responsabilizado e o Senhor Deputado tem que responsabilizar sobretudo quem tem a gestão nacional e regional dos fundos comunitários e do QREN e é aí que têm de ser assacadas as responsabilidades. -----

--- Da nossa parte, repito, estamos a fazer o que está ao nosso alcance e a ultrapassar até os nossos próprios meios.-----

--- Deixem-me dizer aqui o seguinte. Existe também um grande trabalho, sobretudo dos municípios, dos catorze municípios e dos seus técnicos municipais para haja uma boa execução no âmbito dos catorze municípios.-----

--- Somos a CIM com mais projectos aprovados, com a maior taxa de projectos aprovados e com maior taxa de execução, de execução física e de execução financeira, e este mérito é dos catorze municípios no seu conjunto. -----

--- Deixem-me também aproveitar esta oportunidade, para dizer que vamos chegar a um ponto muito difícil que é o final do mês de Outubro. -----

--- Vamos chegar a uma data muito importante que é o dia trinta de Outubro; e no dia trinta de Outubro vai ser feita uma avaliação, porque como sabem, este regime transitório que o Governo decidiu para projectos co-financiados não a setenta ou a sessenta por cento mas a oitenta por cento vai terminar no dia trinta de Outubro e portanto é aqui que naturalmente se vai ver quem tem capacidade de executar projectos e eventualmente poder arrancar para uma segunda fase do QREN com uma melhor eficiência do ponto de vista da sua execução. -----

--- Mas deixem-me vos dizer de que os municípios a este nível estão muito melhor do que está em execução do Mais Centro e portanto eu espero que este processo de comparticipação a oitenta por cento e de facilidades nos diferentes regulamentos continue no ano de dois mil e onze porque isso seria extremamente benéfico para os municípios. -----

--- Dizer-vos também uma coisa muito importante e que tem a ver com a discussão inicial, positiva, que aqui decorreu. Vamos ver o que é que vai acontecer nos próximos tempos porque não sabemos que tipo de orçamento vamos ter para dois mil e onze, quais serão os cortes orçamentais que vamos ter. Eu dou apenas um pequeno exemplo para perceberem: o conjunto dos municípios, de uma forma geral, teve um aumento do FEF, de transferências do Estado, de cerca de cinco por cento para o ano de dois mil e dez, só que chegou o PEC dois e tirou quatro por cento e ficámos com um por cento. No caso, por exemplo, da Câmara de Tondela tivemos um aumento de cerca de quinhentos ou seiscentos mil euros, mas veio o PEC dois e tirou-nos quatrocentos mil euros.-----

--- Eu só queria dizer que com quatrocentos mil euros nós fazíamos investimentos públicos em estradas, em acessibilidades, em novas tecnologias na ordem dos dois milhões e meio de euros. É fácil fazer as contas e nós esperamos, o conjunto dos municípios, de que o ano de dois mil e onze não nos traga surpresas desagradáveis em relação a esta matéria, porque aí sim iremos não só não poder cumprir as metas que estamos obrigados a atingir, do ponto de vista de cada um dos municípios, como, eventualmente, vai haver municípios com enormes dificuldades para poderem cumprir os seus compromissos correntes.» -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIMRDL para o ano de 2010, nos termos das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro - dando a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, que procedeu à apresentação dos documentos em questão. -----

--- Intervenção, do Dr. Nuno Martinho, que se transcreve:« A alteração do Mapa do Pessoal deriva, basicamente, de uma alteração que também houve na Estrutura de Apoio Técnico à Contratualização. Tínhamos uma funcionária em regime de mobilidade interna que regressou ao município de origem e nesse sentido tivemos que fazer um ajustamento relativamente ao Quadro de Pessoal. Como podem ver os postos de trabalho no total são exactamente os mesmos que existiam na altura de aprovação do Mapa de Pessoal em Janeiro de dois mil e dez.

--- Outra razão foi uma alteração do cargo, carreira e categoria uma vez que nós tínhamos um cargo de carreira e categoria e após a aprovação desse Mapa do Pessoal fomos informados, por um parecer da Associação Nacional de Municípios, que todas as CIM's teriam que proceder a alterações, já que o cargo de Director de Departamento não está previsto para as Comunidades Intermunicipais.» -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, dizendo « estamos a fazer muito com muito poucos recursos. Neste caso a funcionária em causa era funcionária do meu município e regressou à Câmara para minha Secretária. -----

--- A questão que o Dr. Nuno Martinho falou era a de Director de Departamento que passou para Chefe de Divisão, e portanto a diminuição de despesa e julgo que são boas razões. Agora, nós estamos a fazer imenso trabalho dentro da Comunidade e estamos a poupar muito dinheiro à Comunidade visto que as candidaturas que estamos a fazer, estamos a fazê-las internamente não recorrendo a serviços externos, por exemplo, esta candidatura que fizemos da RUCI de nove milhões de euros, quem está aqui percebe que fazendo uma candidatura destas através de uma empresa da especialidade, quanto é que esta empresa nos levaria para fazer este trabalho.»-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Ponto de situação do Processo de Contratualização entre a CIMRDL e a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro” - dando a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário-Executivo, Dr. Nuno Martinho, que procedeu à apresentação dos documentos em questão acompanhado por um PowerPoint. -----

--- Intervenção, do Dr. Nuno Martinho, que se transcreve: para conhecimento das Senhoras e Senhores Deputados passo a apresentar os grandes números da contratualização no nosso território, nomeadamente, o número de candidaturas aprovadas, o FEDER comprometido, o FEDER executado. -----

--- Nós começámos com uma dotação inicial, na contratualização, de sessenta e quatro milhões de euros, que estava repartido pelos diversos eixos de intervenção: -----

--- Em Julho de dois mil e dez e em função do Memorando de Entendimento que foi assinado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, que consiste num conjunto de iniciativas para promover a execução do QREN, foi pedido a todas as comunidades intermunicipais que fizessem um exercício interno, com cada um dos seus municípios, no sentido de verificar a aceleração do QREN.-----

--- Foi um trabalho árduo que foi feito na Comunidade Intermunicipal. Reunimos com os presidentes e com os técnicos de cada um dos municípios no sentido de fazer uma avaliação da execução de cada um dos projectos que inicialmente os municípios tinham candidatado. Verificamos que projectos é que tinham condições de avançar rapidamente durante o ano de dois mil e dez e que projectos teriam condições para avançar nos anos seguintes, com a

preocupação de fazer uma reafecção do dinheiro, isto é, o dinheiro que estava engavetado por eixo, ser reafectado permitindo, rapidamente, a cada um dos municípios, à Comunidade Intermunicipal, ao Programa Mais Centro e ao QREN uma rápida execução durante o ano de dois mil e dez. -----

--- Foi esse exercício que fizemos, em conjunto com os Presidentes dos catorze municípios e elaboramos uma proposta de alteração ao Contrato de Subvenção Global em Julho de dois mil e dez. Dizer-vos que relativamente a este processo de reafecção entre tipologias e fruto deste diálogo com os municípios, fomos a primeira CIM da Zona Centro e do Programa Mais Centro a apresentar uma proposta à Comissão Directiva e a primeira CIM a ter aprovado, em trinta de Julho, essa proposta de reafecção.-----

--- Tivemos também mais quatro milhões de euros que derivou de projectos que transitaram do QCAII e que voltou a somar ao valor da contratualização.-----

--- Portanto, é este o Quadro de Contratualização que nós temos actualmente, setenta e dois vírgula sete milhões de euros, e que derivou exactamente desta negociação dos municípios em que tivemos a preocupação de colocar dinheiro nos regulamentos e nas tipologias que iriam avançar rapidamente para melhorar a execução do QREN. -----

--- Assim, neste momento, o FEDER contratualizado é setenta e dois vírgula sete milhões de euros, o FEDER aprovado é de quarenta vírgula quatro milhões de euros, foram aprovados cinquenta e nove projectos na CIM e na Comissão Directiva do Programa Mais Centro, uma taxa de FEDER comprometido de cinquenta e cinco vírgula cinco por cento, uma taxa de execução FEDER, entre os anos de dois mil e oito e dois mil e dez, de vinte e oito por cento. ----

--- Dar-vos uma nota relativamente á média nacional FEDER comprometida das CIM's a trinta e um de Julho de dois mil e dez, era quarenta e cinco vírgula um por cento, nós estamos com cinquenta e cinco vírgula cinco por cento. -----

--- A média da taxa nacional FEDER das CIM's no período entre dois mil e oito e dois mil e dez era de treze vírgula nove por cento, quando a taxa de execução na Comunidade Intermunicipal é de vinte e oito por cento. Aqui a Comunidade Intermunicipal está bastante acima da média nacional, quer em termos de FEDER comprometido quer em termos de taxa de execução. ----

--- Somos neste momento, desde que abriu o Balcão Permanente, o território, com mais candidaturas carregadas no Sistema de Informação do Mais Centro. Temos razões claras para estarmos optimistas com o trabalho dos municípios, com o trabalho da CIM e em condições de a trinta e um de Dezembro de dois mil e dez estarmos com uma taxa de execução que consiga aquilo que também o Memorando de Entendimento fala e que é tentar trazer mais dinheiro para o nosso território para o período dois mil e onze e dois mil e treze.» -----

--- Retomou a palavra o Dr. Carlos Marta para dar mais duas ou três explicações que se transcrevem :« Isto é importante. Como vêem, muito do nosso trabalho advém do trabalho dos municípios. São os municípios que se candidatam, com os diferentes projectos, nas diferentes tipologias, e neste caso particular, não há um único recurso financeiro que passe directamente pela CIM, ou seja, é directamente aprovado na CIM, mas os pagamentos são directos aos municípios e por isso o nosso orçamento é relativamente baixo.-----

--- Mas, para além das candidaturas que os municípios fazem, e que têm as suas quotas perfeitamente determinadas no âmbito da CIM, no âmbito destes setenta milhões de euros, por cada um dos eixos, os municípios podem ir também em conjunto, através da CIM, a candidaturas ao Mais Centro e têm essa possibilidade de irem pela CIM ou irem individualmente. O mesmo se aplica ao Programa Operacional de Valorização do Território.----

--- Permitam-me já agora dizer que, por exemplo, no Eixo do Ciclo Urbano da Água, temos afectado cerca de cinco milhões de euros e neste momento não podemos, nenhum dos municípios pode, aceder ao dinheiro enquanto não for regulamentado do ponto de vista nacional. Isto é, obrigatoriamente os nossos sistemas são verticalizados, ou seja, nós gerimos a alta e em baixa e neste sentido temos que ir ao Programa Nacional. Só podem ir ao Programa Operacional Regional aqueles que eventualmente não tenham sistema verticalizado. Estamos à espera da alteração do Regulamento. -----

--- E finalmente tivemos também um reforço significativo que foi as obras que alguns municípios tinham feito no QCAIII, que não tinham sido objecto de financiamento e que foi possível uma repescagem e passar alguns destes projectos para o QREN. Isto significou também, como devem imaginar, alguma almofada financeira para os municípios porque eram projectos que já estavam alguns deles pagos e executados e que agora tiveram a oportunidade de os candidatar e de receber as respectivas participações, não a oitenta por cento mas a setenta por cento. Também a este nível o conjunto dos catorze municípios recebeu uma verba bem significativa de cerca de quatro milhões de euros.» -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa indagando se alguém pretendia intervir. Não existindo ninguém que pretendesse usar da palavra sobre esta matéria, foi encerrado este ponto. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa passou de imediato ao **sexto e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a presença de todos, em especial a do Senhor Presidente do Conselho Executivo e do Senhor Secretário Executivo.-----



--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a sessão por encerrada às vinte e uma horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária.-----

António Joaquim Gomes Aguiar
José de Fátima Coelho Ferrás